



Revista Brasileira de História

ISSN: 0102-0188

rbh@edu.usp.br

Associação Nacional de História
Brasil

Acker, Antoine

“O maior incêndio do planeta”: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global

Revista Brasileira de História, vol. 34, núm. 68, julho-diciembre, 2014, pp. 13-33

Associação Nacional de História

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26335781002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

“O maior incêndio do planeta”: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global

“The greatest fire on Earth”: How VW and the Brazilian military regime accidentally helped to turn the Amazon into a global political arena

Antoine Acker*

RESUMO

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, a Amazônia se tornou um símbolo de debates sobre o futuro do planeta, destacando não apenas riscos ecológicos, mas também conflitos fundiários e exploração humana, e provocando indignação muito além das fronteiras brasileiras. Com base em um estudo da fazenda de criação de gado Cristalino, estabelecida em 1973 pela Volkswagen com o apoio do regime militar, o artigo explora as razões da “globalização política” da Amazônia. Ao tentar atrair atenção internacional para suas políticas de colonização da floresta, que apresentaram como um modelo universal, o governo brasileiro e seus parceiros de negócios contribuíram involuntariamente para transformar a Amazônia em uma arena de controvérsias globais.
Palavras-chave: Amazônia; história global; regime militar.

ABSTRACT

Over the 1970s and 1980s, the Amazon became a symbol of debates about the planet's future, highlighting not only ecological risks but also land conflict and human exploitation, and provoking indignation far beyond Brazilian borders. Based on a study of the Cristalino cattle-ranch, established in 1973 by the VW Company with the support of the military regime, the article explores the reasons for the “political globalization” of the Amazon. By trying to attract global attention for their policies of forest colonization, which they presented as a universal model, the Brazilian government and its business partners unwittingly contributed to turning the Amazon into an arena of global controversies.

Keywords: Amazon; Global History; Military Regime.

* Doutorando, European University Institute, Florença, Itália. antoine.acker@eui.eu

Em 1983, a edição alemã da revista internacional *GEO* publicou uma reportagem sobre florestas tropicais ameaçadas, focando especialmente as consequências socioambientais do corte e queimada, uma técnica empregada pelo agronegócio de larga escala na Amazônia brasileira. Ilustrada por dados estatísticos preocupantes sobre desmatamento e fotos dramáticas de matas em chamas, a reportagem incluiu uma discussão com o suíço Georg Brügger. Ele era o gerente da Companhia Vale do Cristalino (CVRC ou Cristalino), uma fazenda de criação de gado de 140 mil hectares estabelecida em 1973 no Vale do Araguaia, no sudeste da Amazônia, e pertencente à empresa multinacional Volkswagen (VW). O repórter da *GEO* perguntou a Brügger como era limpar 6 mil hectares de floresta ano após ano, queimando matas para obter pastagens: “Entenda-me”, especificou o jornalista, “ontem, a esguia e centenária floresta tropical ainda estava naquele lugar, e hoje o gado cinza está pastando ali”.

A matéria da *GEO* exemplificava o que a Amazônia havia se tornado nos anos 1980: uma área de controvérsias sobre o futuro do planeta, constituída não apenas de riscos ecológicos, mas também de conflitos fundiários e exploração humana, provocando indignação muito além das fronteiras brasileiras. Por exemplo, em outubro do mesmo ano de 1983, *Der Spiegel*, a principal revista semanal alemã, publicou outra reportagem de diversas páginas, acompanhada de ilustrações impactantes, sobre trabalho forçado e o assassinato de trabalhadores rurais na floresta tropical brasileira.¹ O artigo também incluía menções à internacionalmente famosa “fazenda da Volkswagen”, então um símbolo global da catástrofe ambiental e humana que muitas pessoas no mundo acreditavam estar em curso na Amazônia.

No entanto, fazendas de criação de gado intensivas em investimento de capital como a fazenda Cristalino haviam aparecido 10 anos antes em um contexto radicalmente diferente, marcado por um entusiasmo geral pela modernização da Amazônia e por uma maior incorporação da região a redes globais de comércio agrícola. Em parceria com empresas multinacionais e com o apoio de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, na sigla em inglês) ou o Banco Mundial, o regime militar brasileiro havia definido uma agenda de desenvolvimento baseada em um conjunto de certezas. A força de vontade humana ganharia a guerra contra a natureza; os recursos do solo e do subsolo seriam integrados a um processo produtivo que faria da Amazônia um exportador global; o progresso técnico conectaria a região ao restante do país e ao mundo. Grandes projetos de desenvolvimento como a CVRC foram concebidos como

avatares locais dessa irresistível marcha rumo ao desenvolvimento, mapeando o progresso da colonização.

No entanto, este artigo sustenta que essa visão triunfal de desenvolvimento repetidamente topou com seus limites à medida que o projeto da CVRC tomava forma. O projeto de colonizar a Amazônia atraiu atenção internacional para a região e a transformou em um assunto de debates políticos acalorados, particularmente sobre sustentabilidade ecológica e direitos humanos, questionando as certezas do pensamento desenvolvimentista. As controvérsias frequentes que afetaram a fazenda da VW contribuíram para essa “politização global” da Amazônia.

A (re)integração da Amazônia na globalização econômica durante o regime militar tem sido matéria de pesquisa acadêmica desde os anos 1970. Influenciada pela obra de Cardoso *Amazônia: expansão do capitalismo*, a literatura focada nos conceitos de “dependência” e “sistema mundial” ressaltou a função periférica imposta à região desde o final dos anos 1960 e começo dos anos 1970 no que se refere à produção de produtos primários. A exportação desses produtos serviria de meio para obter divisas, que, por sua vez, financiariam a importação de capital e maquinário necessários para a industrialização do Sudeste brasileiro. Vários autores destacaram o papel de instituições “sistêmicas” como o Estado brasileiro ou empresas multinacionais na organização desse processo de acumulação capitalista. A literatura recente nuançou a natureza categórica da abordagem sistêmica ao integrar a complexidade dos processos de negociação que têm caracterizado a Amazônia na escala internacional. Cientistas políticos como Keck, Hochstetler e Sikkink (1996; 2007) contestaram a ideia de uma luta de poder estática entre os promotores e oponentes do capitalismo na Amazônia, apontando as alianças flexíveis que aconteceram no debate sobre o desmatamento.²

De modo semelhante, este artigo não apenas explora como a Amazônia se tornou globalizada no sentido de ser colocada a serviço de cadeias globais de produção, mas também analisa a globalização política da Amazônia, isto é, sua transformação em um espaço de crítica, conflito e negociação políticos. Além disso, ele sustenta que essa globalização política foi a consequência contrassistêmica das políticas de desenvolvimento da Amazônia levadas a cabo desde o final dos anos 1960, particularmente pelo regime militar brasileiro em associação com grandes empresas privadas. Ao focar um único porém emblemático projeto, a chamada fazenda da Volkswagen, será possível ver de modo claro e concreto como a imagem da Amazônia e as opiniões sobre seu futuro mudaram substancialmente durante o processo de colonização. Primeiramente,

o artigo demonstra como o governo brasileiro e a VW tentaram atrair atenção global para seu projeto de desenvolver a Amazônia. Depois, ele mostra como, por um tipo de “efeito bumerangue”, essa estratégia atraiu ondas nacionais e globais de críticas e discussões polêmicas que minaram as políticas de colonização da Amazônia e reivindicaram um futuro alternativo para a região.

A CRIAÇÃO DE UM AGRONEGÓCIO-MODELO PARA A GLOBALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Desde pelo menos os anos 1930, os sucessivos governos brasileiros desenvolveram um discurso de modernização que incluía a ocupação econômica dos territórios subpovoados do interior do país. Nessa perspectiva, a ocupação da Amazônia emergia como um horizonte para o projeto nacional, apesar de ter sido pouco mais do que poesia patriótica até o golpe militar de 1964. O novo governo autoritário estava determinado a mostrar que levava a Amazônia a sério. As elites do regime, que depreciavam a região como o “Terceiro Mundo do Brasil”, acreditavam que sua modernização proporcionaria evidências vistosas de desenvolvimento, de modo análogo à Brasília da “Revolução” de 1964. Em outubro de 1966, um pacote de leis batizado de Operação Amazônia criou as condições políticas e financeiras para uma estratégia de desenvolvimento massivo da Amazônia baseado em planejamento público.³

As leis da Operação Amazônia definiram uma região de planejamento correspondente a aproximadamente 60% do território brasileiro sob o conceito de Amazônia Legal. Criou-se a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), uma instituição poderosa, que iria planejar e gerir o desenvolvimento dessa super-região administrativa. Além disso, as leis da Operação Amazônia estipularam que 1% das receitas com tributos federais iriam agora para o chamado Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (Fidam), compondo o fundo de incentivos e créditos de pesquisa da Sudam. Tal montante de investimentos públicos para uma região tradicionalmente negligenciada pelos gastos federais foi uma medida política inédita.

Mal o Congresso aprovou a Operação Amazônia, começou uma campanha propagandística, conclamando os brasileiros a rejeitar duas imagens que haviam coexistido até então nas representações da floresta tropical: de um lado, a “região pitoresca digna de um tema literário”, e de outro, o “inferno verde” temido pelos seres humanos. Essas imagens simbolizavam atitudes passivas.

Elas deveriam ser substituídas pela “nova filosofia do desenvolvimento” marcada pela força de vontade e pela ação. Como proclamava uma edição especial da revista pró-regime *Manchete* em 1968, a “imensa área de 5 milhões de quilômetros quadrados” da floresta tropical brasileira constituía o “cenário” que a Operação Amazônia teria que reescrever, “acordando”, deste modo, a região e remodelando sua identidade na “batalha do desenvolvimento amazônico”.⁴ A modernidade deveria, assim, reescrever a história da floresta, pois a “conquista” da região funcionaria como uma vitrine da política do regime militar de “modernizar” o Brasil. Nesse espírito, o rápido desenvolvimento da Amazônia deveria ser uma conquista para o mundo ver e serviria como exemplo da capacidade de realização do Brasil.

Apesar da demonstração de força patriótica existente por trás da Operação Amazônia, o governo optou por uma abordagem pragmática com o intuito de direcionar fluxos massivos de capital privado para a região: não importava se esse capital fosse nacional ou estrangeiro. Em 1967, o superintendente da Sudam exigiu “o máximo de realismo” para tirar a Amazônia do dilema “desenvolver-se ou desaparecer” (Sudam, 1968, p.132-133). Ele sustentou que a região não poderia ser administrada “se está desvinculada dos capitais disponíveis fora de nossas fronteiras”, e concluiu que “todos os que desejam nos ajudar nessa cruzada desenvolvimentista” teriam de ser recebidos “sem medo ou desconfiança”.

A Operação Amazônia continha fortes disposições legais para atrair empresas estrangeiras: uma corporação poderia investir até 50% dos impostos devidos em um projeto de desenvolvimento próprio, se estivesse localizado na Amazônia Legal e fosse declarado de interesse nacional pela Sudam. Até 75% das ações em um projeto de desenvolvimento poderiam ser financiadas com fundos de créditos vindos dos impostos devidos pela empresa investidora. Para demonstrar a viabilidade desse sistema de incentivos, a Sudam precisava de um exemplo pioneiro, um projeto-vitrine que mostrasse o caminho para a modernização dos Trópicos. Ele não poderia deixar de escolher a Volkswagen, uma empresa popular, símbolo do deslumbrante crescimento industrial brasileiro e o maior contribuinte do país, com o interesse atraído, em primeiro lugar, por incentivos fiscais. Foi assim que, no início dos anos 1970, o ministro brasileiro do Interior solicitou pessoalmente ao presidente internacional da empresa, Rudolf Leiding, que começasse um agronegócio no âmbito de um programa de desenvolvimento da Amazônia.⁵

A CVRC prometia ser uma fazenda-modelo voltada à competição internacional. Os dirigentes da VW tinham um projeto grandioso em mente, que

abrangia toda a cadeia de produção e comercialização de carne bovina. Em entrevista coletiva em maio de 1974, Leiding afirmou que a fazenda seria equipada com matadouro, frigorífico e até mesmo fábrica de processamento de carne própria. Em meados de 1974, fontes da empresa anunciaram para a imprensa internacional que a VW planejava exportar carne bovina tropical para a Europa, o Japão e os Estados Unidos.⁶ Além de anunciar essas grandes ambições, um influente aparato de propaganda asseverava a vocação exemplar da CVRC para a Sudam, para investidores privados e para a política da Amazônia em geral. Essa propaganda consistia em entrevistas coletivas frequentes, na circulação ampla de materiais de divulgação, incluindo folhetos em alemão, português e inglês, bem como em anúncios na imprensa. Em 1980, a VW distribuiu até mesmo um filme sobre a fazenda para servir de “material didático” em escolas secundárias alemãs.⁷ O valor exemplar da “fazenda-modelo” residia essencialmente em sua suposta superioridade tecnológica e benevolência social.

A Sudam e a VW concebiam a fazenda como um polo de desenvolvimento de tecnologia e conhecimento vindos de países industrializados. Ela deveria ser uma oportunidade de demonstrar o sucesso da estratégia de colonizar a Amazônia graças à apropriação de técnicas modernas. O objetivo era criar o “boi do futuro”, provando que a pecuária tropical, se bem administrada e organizada cientificamente, poderia se tornar tão próspera lá quanto o era em regiões de clima temperado.⁸ Tudo na fazenda Cristalino parecia obedecer padrões técnicos ultramodernos e rigor científico extremo. As pastagens e o rebanho eram monitorados por um sistema computadorizado supervisionado por renomados cientistas da Escola Politécnica Federal de Zurique (Suíça) e da Universidade da Geórgia (EUA). O solo e a forragem eram analisados anualmente para determinar o nível de minerais que deveriam ser suplementados por sal, enquanto a semeadura e a aplicação de fertilizantes eram feitas por aviões. Trezentos radiotransmissores foram instalados entre o rebanho para medir a pulsação, variações de temperatura e a frequência respiratória dos animais.

Mediante um envolvimento de longo prazo em estudos agrônômicos experimentais, a VW queria desenvolver uma raça de gado robusta que melhoraria a produtividade na Amazônia. Ela levou a cabo pesquisas que – assim se esperava – resultassem na invenção da raça de gado mais bem adaptada à pecuária tropical e que, ao mesmo tempo, fosse fisicamente semelhante a vacas criadas em climas temperados, a fim de corresponder aos hábitos dos consumidores “ocidentais” e ter uma chance de se firmar no mercado exportador

(Wilcox, 1992, p.5). Essa nova raça poderia, então, garantir a expansão geral da agropecuária amazônica. O estudo agrônômico que visava atingir esse objetivo foi empreendido em conjunto com um laboratório privado alemão, o *Rinderproduktion Niedersachsen*, especializado em inseminação artificial, e com a Faculdade de Veterinária de Hannover, a mais antiga faculdade de Veterinária da Alemanha, classificada como uma das mais produtivas no mundo.

Além de sua utilidade tecnológica, a CVRC tinha uma vocação social, enraizada em uma retórica global de assistência ao desenvolvimento do Terceiro Mundo, explicitada por Leiding em julho de 1974, quando ele explicou que “esse mundo não precisa apenas de carros, mas também de carne”. Fornecer proteína para um mundo faminto era um objetivo constantemente reafirmado da CVRC, que havia sido direcionada a essa missão pelo ministro brasileiro da Agricultura, Alysso Paulinelli. Ele costumava dizer que o Brasil, se conseguisse transformar a Amazônia no maior território de criação de gado do mundo, seria o principal responsável por evitar que a sempre crescente população mundial sofresse de falta de proteína.⁹ Em comentário feito sobre a VW na Alemanha, ressaltou-se que a contribuição primordial da Volkswagen para alimentar o Terceiro Mundo era a “fazenda em Rio Cristalino”, como “uma resposta convincente às necessidades brasileiras em termos de alimentos”.

Livrar a sociedade brasileira da fome era apenas um dos lados da moeda humanitária da VW. O outro era o tratamento supostamente privilegiado oferecido aos 450 empregados da fazenda e a suas famílias. Em seus documentos publicitários, a VW insistia com frequência que havia tirado essas pessoas de uma precária vida nômade marcada pela pobreza.¹⁰ “Esse enorme projeto”, diz um documento da empresa sobre a CVRC, incluía “um amplo compromisso social de um empreendimento industrial para com as pessoas que trabalhavam para ele”. O projeto CVRC compreendia uma série de serviços sociais, apresentados como vantagens oferecidas aos trabalhadores da fazenda. Uma delas era a “Escola de Ensino Fundamental Wolfgang Sauer”, batizada com o nome do CEO da Volkswagen do Brasil (VWB). A escola tinha equipamentos de ensino audiovisual, e as crianças recebiam “assistência médica” e “merenda grátis”. Até mesmo os trabalhadores da fazenda podiam ir à escola e fazer cursos de alfabetização. Para a VW, a escola era uma importante contribuição ao processo de “fixar o homem na fazenda, onde ele recebe um bom salário, alojamento moderno e funcional e uma estrutura social excelente”. Os empregados moravam em pequenas casas individuais ou para famílias, equipadas

com eletricidade e água corrente. Eles tinham horários e espaços de lazer – um campo de futebol, um bar, uma danceteria, cinemas e piscinas, incluindo outros confortos – assim como serviços médicos e odontológicos gratuitos. As publicações da VW ressaltavam que todos esses princípios sociais haviam sido importados da política de bem-estar social já aplicada em suas fábricas alemãs.

Graças à publicidade intensiva, a “fazenda-modelo” agitou a imprensa brasileira, a começar pela principal revista política, *Veja*. Mas o projeto também suscitou entusiasmo nos Estados Unidos, onde foi identificado pelo *New York Times* como o começo de uma nova tendência na agropecuária tropical. Foram os alemães, compreensivelmente, os mais inspirados pela novidade da VW na Amazônia. O chefe da divisão agropecuária da embaixada alemã no Brasil afirmou, em setembro de 1974, que projetos como a CVRC eram os únicos capazes de conseguir um arroteamento e cultivo sistemáticos da “mata virgem”. As empresas multinacionais, afirmava ele, tinham condições de aplicar à Amazônia as descobertas científicas e os frutos da experiência prática que haviam reunido em outros lugares do mundo. Grupos empresariais alemães também foram seduzidos pela promessa da VW para a Amazônia, que foi aclamada no *Handelsblatt*, o jornal nacional de referência na área de economia e negócios.¹¹ Os *Deutsch-Brasilianische Hefte (DBH)*, boletins informativos dos investidores alemães interessados no Brasil, afirmaram, em artigo laudatório de janeiro de 1975, que

O negócio da VW na Amazônia pode mostrar caminhos novos e originais para a Alemanha participar do processo do desenvolvimento brasileiro. Ele oferece ... ao Brasil um modelo, que pode ter grande impacto e efeito no sentido de tirar o máximo proveito econômico da região amazônica.¹²

A CVRC também apareceu em jornais alemães de grande circulação. Enquanto o jornal conservador moderado *Frankfurter Allgemeine Zeitung (FAZ)* publicou uma matéria muito positiva em seu suplemento de economia e negócios, o *Neue Rhein Zeitung*, próximo ao partido social-democrata, retratou a CVRC como um motivo de orgulho nacional.¹³ Afirmando que “a Volkswagen teve uma função-piloto na batalha pelo Norte do Brasil”, o jornal afirmou que a VW tinha o apoio da Alemanha nesse empreendimento: “Aqui também: os alemães estão presentes. A classe média está seguindo as empresas”.

A imprensa alemã não estava encantada apenas com a VW do Brasil, mas também com o forte crescimento brasileiro em geral. Os principais jornais do país viam a política econômica do regime militar como uma política bem-sucedida e aclamavam a colonização da Amazônia. *Die Welt*, por exemplo, enalteceu o Brasil e “seu chefe de Estado descendente de alemães, Geisel”, como “um modelo para o desenvolvimento da América Latina” e elogiou a política brasileira para a Amazônia, que via como um programa revitalizador para a floresta tropical: “O ‘inferno verde’ está voltando à vida novamente”.¹⁴ A recepção positiva tanto da colonização da Amazônia quanto da CVRC pela imprensa alemã combinava com os planos dos autores do projeto, que queriam fazer dela não apenas uma fazenda-modelo para o agronegócio brasileiro, mas também um modelo de desenvolvimento agropecuário para o mundo.

A Sudam utilizou explicitamente a CVRC como vitrine para atrair investidores, particularmente ao pedir à VW que produzisse anúncios publicitários sobre o programa de colonização. Por exemplo, em 1977, a VW publicou um anúncio em revistas de economia e negócios, ilustrado com uma foto de uma vaca pastando, com a legenda “Volkswagen Sudam, modelo 77”. Explicando que a VW estava participando do programa de incentivos da Sudam, o texto evocava o “excelente retorno sobre os investimentos” de tal operação. Ele concluía falando a investidores em potencial:

Nós ... o convidamos a aplicar seus incentivos fiscais na área da Sudam. Na sua declaração de rendimentos, opte Sudam e venha para cá [para a Amazônia] ser o nosso vizinho. Você estaria incorporando a sua empresa na tarefa de interesse nacional que é a criação de novos polos de progresso.¹⁵

No ano seguinte, um anúncio similar, com o logotipo da VW, mostrava uma vaca estilizada, com um sorriso e saudáveis bochechas vermelhas, com um recado para os investidores brasileiros:

Vamos fazer um convite a você que é empresário e empreendedor: utilize o programa de incentivos fiscais ... E, na sua próxima declaração de rendimentos, faça você também uma declaração de amor a este país. Opte Sudam.

A intensidade e a maneira com que a Sudam e a VW publicamente enalteceram as qualidades da CVRC não deixavam dúvida quanto à sua vontade de fazer da fazenda um modelo nacional e internacional, expondo a visão dominante para o futuro da Amazônia. Tachando a região da floresta tropical de subdesenvolvida e proclamando a necessidade de modernizá-la,

apresentando o agronegócio de investimento intensivo de capital e a concentração de terras como o único modo de ocupar a região eficientemente, essa visão deixava pouco espaço para discussão política. Ao mesmo tempo, a pretensão da CVRC de ser um modelo universal também significava que a fazenda receberia grande atenção no Brasil e no exterior. A “fazenda modelo” havia criado um entusiasmo global quanto à colonização da Amazônia – agora ela tinha de provar que essa colonização podia ter êxito.

DO ENALTECIMENTO GLOBAL À CONTROVÉRSIA GLOBAL

Controvérsias ecológicas e conexões globais

A CVRC encarnava um modelo para a Amazônia focado no desenvolvimento agroindustrial mediante exploração acelerada de recursos naturais e transformação da mata tropical em pastagem. Essa visão constituía a base para uma propaganda triunfal, que escondia o fato de que o montante de conhecimento acadêmico sobre a ecologia da floresta tropical era insignificante. Em comerciais na mídia, a VW se gabava ingenuamente do desmatamento empreendido na fazenda Cristalino como um sinal de progresso e vitória humana sobre a natureza selvagem (Würtele; Lobgesang, 1979, p.72; Casado, 1976). Em 1974, a assessoria de imprensa da VW orgulhosamente informou seu público que a empresa havia queimado 4 mil hectares de floresta amazônica em poucos meses, “um recorde nunca igualado até agora por nenhum outro projeto similar implantado na região”. Desdenhando a complexidade e imprevisibilidade da ecologia tropical, a CVRC não era exatamente um modelo abrangente, porque estava despreparada para enfrentar uma controvérsia ambiental.

A comunidade epistêmica não compartilhava desse entusiasmo pelo desmatamento. O 27º Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizado em 1975 em Belo Horizonte, mostrou-se como uma ilustração da preocupação crescente dos cientistas brasileiros com o destino da natureza. Em simpósio promovido em 11 de julho, o integrante do governo Paulo Nogueira Neto, que chefiava a Secretaria do Meio Ambiente (Sema), tornou-se a principal vítima de uma pequena revolta de cientistas contra o projeto da fazenda Cristalino. Ele teve de enfrentar a indignação de um grupo de participantes brasileiros, alemães e norte-americanos do congresso, que acusaram a VW de montar o “projeto mais antiecológico do mundo”.¹⁶

Cinco meses depois, um satélite da Nasa (Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço dos Estados Unidos) detectou um incêndio

contínuo no sudeste da Amazônia em uma área de aproximadamente 25.000 km², situada na interseção de diversas fazendas de gado. A VW não havia queimado a área como um todo – apenas 9.383 hectares estavam situados na propriedade da empresa alemã. Mas rumores a respeito da foto do satélite se multiplicaram entre a comunidade de pesquisadores da Amazônia. Em encontro realizado em Belém em 1976, Warwick Kerr, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), impelido pela indignação, absurdamente repreendeu a VW por haver queimado “1 milhão de hectares”. Outra personalidade do naturalismo brasileiro, o arquiteto paisagista Roberto Burle Marx, internacionalmente renomado, afirmou, durante audiência no Senado em junho de 1976, que a Volkswagen havia destruído uma área de floresta “do tamanho do Líbano” e “produzido, na Amazônia, o maior incêndio da história de todo o planeta” (Lappe; Collins; Fowler, 1979, p.50; Casado, 1976; Marx, 1987).

Acima de tudo, os ambientalistas vinham repetindo que “ninguém sabia” o que aconteceria se os incêndios na floresta amazônica continuassem. Kerr insistiu que, justamente por causa dessa falta de conhecimento, os seres humanos deveriam considerar os piores prognósticos:

Depois de atingir as camadas superiores da Terra, o excesso de óxido e monóxido de carbono poderia inclusive derreter a calota polar e elevar o nível do mar em muitos metros. Manaus ... simplesmente ficaria embaixo d'água. (Lopes, 1976)

Esse discurso era particularmente significativo na medida em que expressava a sobreposição de escalas que caracterizava o problema do desmatamento tropical. Kerr – ao lado de outros membros da SBPC – acusou especificamente as multinacionais de serem corresponsáveis por um fenômeno regional de degradação ambiental na Amazônia. Ele alertou que essa degradação regional poderia, por sua vez, ter consequências climáticas globais, e desse risco de desregulação global ele passou às consequências locais em potencial para a cidade de Manaus, onde trabalhava como pesquisador. Os riscos ambientais decorrentes da colonização da Amazônia e ilustrados por projetos como o da CVRC criaram um “senso de conexões globais” entre os cientistas brasileiros que tem se mantido determinante no debate sobre a Amazônia desde então.

De fato, o incêndio na fazenda Cristalino tornou-se uma referência global negativa para a causa da floresta tropical. Importantes publicações alemãs divulgaram artigos sobre o incêndio, enquanto associações simpatizantes da

causa ambiental como a *Schwäbischer Albverein* (a mais antiga associação de praticantes de caminhada da Alemanha) e políticos como o social-democrata Johann Bruns insistiram que os atores governamentais forçassem a VW a parar com o desmatamento. Entre 1979 e 1980, o incêndio na fazenda da VW foi abordado até mesmo no parlamento federal alemão, bem como no parlamento europeu, por iniciativa de deputados alertados por reportagens jornalísticas sobre o desmatamento na Amazônia. O periódico britânico *The Ecologist*, publicação de referência para o movimento ambientalista mundial, acusou a VW de participar de um “Holocausto na Amazônia” (no sentido de um holocausto ecológico, um aniquilamento de populações de seres não humanos). Mesmo no Japão, o jornal *Asahi Shimbun*, que tinha uma circulação de 7 milhões de exemplares, dedicou colunas para o incêndio na fazenda Cristalino, de modo que um de seus jornalistas afirmou: “que isso sirva de alerta para as empresas japonesas, porque ninguém tem o direito de destruir a terra dos outros”. O caso Cristalino tinha-se tornado um exemplo global dos excessos da civilização moderna.¹⁷

O fato de a VW ser originalmente uma empresa estrangeira não foi o único fator que fez com que o incêndio na CVRC causasse comoção global. À medida que conseguiu ultrapassar as fronteiras das ciências acadêmicas, a onda de indignação contra o desmatamento na fazenda Cristalino também se transformou em um discurso no qual o nacionalismo brasileiro podia se associar com o ambientalismo. Representantes parlamentares, em particular, que sustentavam que o equilíbrio ecológico da floresta fazia parte da integridade territorial do Brasil, ficaram furiosos com essa história de uma empresa estrangeira desperdiçar os bens comuns nacionais. Sob esta perspectiva, o deputado federal Nino Ribeiro questionou Wolfgang Sauer em 10 de agosto de 1976 no Congresso Nacional: “Afinal de contas, senhor Wolfgang Sauer, com que propósito o senhor veio ao Brasil: produzir automóveis ou colocar fogo na floresta?”. Paulo Brossard, líder da oposição no Senado, falou até de um caso de “extrema gravidade”. Lamentando os “milhares de hectares criminosamente devastados”, ele exigiu que “as autoridades federais fiquem vigilantes em relação a como essa área de nosso país está sendo destruída por grandes empresas, e predominantemente por grandes empresas estrangeiras”:

Parece-me ... que um crime contra a nacionalidade está sendo cometido [pela VW], e nós não podemos assistir indiferentes a tais coisas acontecerem, tais atos serem praticados, com incontáveis danos à comunidade nacional.¹⁸

Um escândalo global de trabalho forçado

A controvérsia ecológica resultante da prática do corte e queimada foi apenas o começo da degradação da reputação da CVRC, porque ela abriu uma caixa de Pandora, projetando um interesse crítico sobre a fazenda-modelo. A política conjunta de colonização da Amazônia entre o Estado brasileiro e empresas privadas nunca deixaria de ser questionada. ONGs, sacerdotes socialmente engajados, publicações alemãs de esquerda e políticos brasileiros denunciavam o projeto por concentrar a propriedade da terra, e suspeitavam de que a VW estivesse desrespeitando direitos trabalhistas. Nesse contexto, outro escândalo veio à tona em 1983, quando um grupo de trabalhadores sazonais, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização próxima da teologia da libertação, acusou a CVRC de lançar mão de trabalho forçado na fazenda Cristalino.

Esses trabalhadores, que haviam fugido da fazenda Cristalino, queixaram-se em escritórios regionais da CPT no sudeste amazônico sobre práticas aplicadas a eles contra a sua vontade: cativeiro, ameaças, violência e mentiras sobre as futuras condições de trabalho durante o recrutamento. Para ser preciso, eles não acusaram diretamente a VW em si, mas os “gatos”, isto é, os empreiteiros responsáveis pela derrubada da vegetação que administravam o recrutamento de trabalhadores e supervisionavam seu trabalho. Durante os 13 anos de existência da fazenda Cristalino, a VW fechou contratos com pelo menos meia dúzia dessas empresas de arroteamento. Todo ano, cerca de mil trabalhadores sazonais (“peões”) trabalhavam para “gatos” na fazenda Cristalino. A “fazenda-modelo”, cujos trabalhadores em situação regular desfrutavam de serviços sociais idealizados nos folhetos da empresa, obviamente não incluía todos esses peões, para os quais não havia sido planejado qualquer atendimento médico e investimento em bem-estar social. Ela era, assim, uma espécie de aldeia Potemkin da modernidade, apenas “para inglês ver”, como diz o ditado brasileiro (que data do tempo em que a Inglaterra estava pressionando o país a abolir a escravidão) que designa boas resoluções que raramente são aplicadas na prática (Batista, 1983; Acker, 2013, p.165-180).

Em maio de 1983, a CPT organizou uma entrevista coletiva em Brasília na qual um ex-trabalhador sazonal da CVRC deu um depoimento público contra os “gatos” e a VW. Na presença de jornalistas brasileiros e de um repórter da *AFP*, a maior agência de notícias francesa, a CPT revelou em detalhes os mecanismos do sistema de trabalho forçado mantido pelos “gatos” na fazenda Cristalino, com base em depoimentos de peões. Eles usaram explicitamente a

palavra “escravidão” e alertaram que, naquele momento, poderia haver seiscientos trabalhadores sazonais empregados como escravos na fazenda da Volkswagen. Apesar de até então a imprensa não ter expressado qualquer interesse notável pelo problema do trabalho forçado na agricultura brasileira, a notoriedade da Volkswagen levou o assunto às manchetes. Em poucos dias, diversos dos principais jornais brasileiros publicaram matérias acusatórias, cujos títulos associavam a Volkswagen com a palavra escravidão, como “CPT acusa: Volks tem escravos”, “Em fazenda da Volks, há escravos, diz padre”, “A Igreja denuncia trabalho escravo”, “Volkswagen no Pará usa mão de obra escrava”, ou ainda “Trabalho escravo na fazenda da Volks”, enquanto, na Alemanha, o *Frankfurter Rundschau*, alertado pela AFP, perguntou: “Escravidão na Volkswagen?”, e, em Londres, o *Times* anunciou que a VW tinha “600 escravos em uma *plantation*”.¹⁹

O caso foi imediatamente incluído em uma luta geral contra a ditadura militar e foi assumido pelo movimento brasileiro pela democratização. Em 14 de maio, em um teatro histórico em São Paulo, o fictício “Tribunal Tiradentes”, composto por importantes figuras das esferas cultural, intelectual, sindical e política do Brasil, organizou um julgamento simulado contra os crimes do regime militar. No evento, um representante da CPT apareceu perante o “tribunal” para acusar explicitamente a VW de escravidão. Pelos 3 anos seguintes, a história continuou a provocar indignação nacional e internacional e se tornou tema de debate na política brasileira, alemã e europeia, levando a diversas discussões parlamentares e à criação de uma comissão de inquérito. Em sinal de protesto, ONGs que promoviam a solidariedade com a Amazônia tentaram até mesmo lançar uma campanha de boicote contra os produtos da VW na Alemanha.²⁰

Contudo, não havia nada de particularmente novo no caso envolvendo a VW. O sistema de escravidão por dívida, que envolvia os “gatos” da CVRC, estava ancorado nas relações de trabalho amazônicas. Ele havia afetado centenas de milhares de seringueiros desde o primeiro ciclo da borracha no último terço do século XIX, quando o monopólio mundial da borracha da Amazônia acarretou uma expansão da atividade, fomentada pela Revolução Industrial europeia. Enfraquecidas pelo colapso da economia da borracha por volta de 1920, essas redes de trabalho forçado foram reativadas por um curto período de tempo em razão da alta demanda por borracha nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. A partir do final dos anos 1960, à medida que a demanda por mão de obra barata aumentou novamente, com o estabelecimento de grandes fazendas de criação de gado, madeireiras e complexos de

mineração na região, casos de trabalho forçado envolvendo um sistema semelhante de endividamento de trabalhadores começaram a ser relatados. É por isso que o sociólogo José de Souza Martins falou de um “renascimento” de redes locais de trabalho forçado naquele período, possibilitado pela demanda criada com a integração capitalista da Amazônia incentivada sob o regime militar (Weinstein, 1983; Martins, 1994).

Com certeza, antes da VW, várias empresas brasileiras haviam sido responsabilizadas em casos semelhantes, sem ocasionar protesto público e notícias na imprensa na mesma proporção.²¹ A maioria dos casos de trabalho forçado registrados desde os anos 1970 foram atribuídos a empresas brasileiras, incluindo grupos importantes do industrializado Sudeste do país, como o Banco Bradesco, o Banco de Crédito Nacional ou a empresa de energia Supergasbras. As violações das leis trabalhistas que ocorreram sob a responsabilidade desses grupos nacionais não provocaram comoção porque o trabalho forçado era considerado uma prática esperada na Amazônia. Nesse sentido, a VW foi vítima de sua fama internacional, mas também de sua pretensão de ser um modelo universal de desenvolvimento, que havia prometido modernidade e sido o carro-chefe na propaganda da Sudam. Como destaca Laak, o fracasso de um grande projeto de desenvolvimento pode ser medido de acordo com o parâmetro do próprio projeto (Laak, 1999, p.215). Porque a VW e os órgãos de desenvolvimento brasileiros construíram a CVRC como um modelo de ponta, qualquer desvio de sua missão de modernização tornou-se uma razão para deslegitimá-la. Esperava-se que a VW, cujos supostos benefícios para a região foram amplamente divulgados, ajudasse a provocar uma mudança nos padrões sociais e nas práticas trabalhistas na região. Em vez disso, a empresa cooperou com redes amazônicas tradicionais de exploração humana, o que não podia deixar de ter consequências negativas para a credibilidade geral das políticas de modernização da Amazônia.

A empresa alemã, com a Sudam, havia buscado construir a imagem da fazenda Cristalino como emblemática para o desenvolvimento da Amazônia. Ao fazer isso, eles acidentalmente a tornaram um símbolo dos excessos da colonização. Muitos grupos brasileiros e estrangeiros haviam investido em fazendas de criação de gado excessivamente grandes e participado da destruição da floresta com exércitos de trabalhadores explorados. Contrariamente à alegação de personalidades famosas como o arquiteto paisagista Roberto Burle Marx em torno de 1976, não havia evidências de que a VW teria provocado o “maior incêndio” da história mundial na fazenda Cristalino. Mas a visibilidade social do projeto, sua pretensão de ser uma “fazenda-modelo”, que ilustraria

o desenvolvimento à perfeição, e o fato de pertencer a uma empresa estrangeira fizeram da fazenda Cristalino o catalisador ideal dos receios emergentes de que a floresta tropical pudesse ser progressivamente destruída. De modo semelhante, a fazenda da VW não era, de forma alguma, a primeira ou única a depender do trabalho dos “gatos”. É até mesmo discutível se a empresa automotiva foi diretamente responsável pelos muitos casos de trabalho forçado imputados à CVRC. Entretanto, em um clima político-econômico marcado por conflitos fundiários que proliferavam, a fazenda da VW tornou-se alvo ideal para ataques de nacionalistas brasileiros. Porque a VW era uma empresa multinacional de grande visibilidade, esse ataque não ficou restrito às fronteiras brasileiras, mas também teve repercussões no exterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final dos anos 1960 no Brasil marcou o clímax de um discurso de desenvolvimento resultante de vínculos globais e impulsos nacionais. Ele teve lugar sob a liderança de um regime autoritário, que, no contexto favorável de crescimento econômico rápido e estabilidade política, foi, ao mesmo tempo, demonstrativamente patriótico e amplamente aberto aos investimentos estrangeiros. Vitrine desse modelo ecumênico de desenvolvimento, o projeto da colonização da Amazônia planejada pelo Estado surgiu em 1966 com o apoio consensual das elites brasileiras e sob os olhos admirados de observadores estrangeiros. Ele era tanto uma plataforma para a transferência de capital e *know-how* de países industrializados quanto um ato destinado a restabelecer a soberania nacional brasileira sobre o território no norte do país. A crença amplamente compartilhada de que a Amazônia era uma reserva infinita de recursos naturais convenceu tanto o governo brasileiro quanto as empresas multinacionais de que ela deveria ser “povoada”, “civilizada” e “desenvolvida”. Grandes projetos agropecuários de desenvolvimento, em que a tecnologia sofisticada se associava a políticas ambiciosas e supostos benefícios econômicos consideráveis, foram os principais locais de testes para esse modelo integrativo de colonização da floresta.

Contudo, essa euforia não sobreviveu à experiência empírica da colonização. A partir de meados da década de 1970, o desmatamento atingiu proporções inéditas e conflitos de terra violentos se multiplicaram, de modo que os distúrbios socioecológicos na Amazônia começaram a preocupar atores das áreas da ciência, do jornalismo, do ativismo e da política ao redor do mundo. Eles também despertaram numerosas vozes do nacionalismo brasileiro,

criaram oportunidades de se construir um importante tema de identificação para os movimentos ambientalistas brasileiros e originaram iniciativas de protesto locais na Amazônia contra grandes projetos de desenvolvimento. A VW, por exemplo, foi aclamada como uma heroína pioneira quando chegou à Amazônia, mas foi denunciada por brasileiros e estrangeiros como “criminosa” após o *status* da região ter passado de reserva infinita de recursos a “pulmão da Terra”, e a população local, de “tribos primitivas” a “povos ameaçados”.

O governo brasileiro e a VW pretendiam trabalhar pela globalização *na* Amazônia levando investimentos estrangeiros para a região e transformando-a em um grande exportador de produtos primários. O fruto que eles colheram foi uma globalização *da* Amazônia, através da qual a região se tornou objeto de debates globais que produziram críticas a grandes projetos de desenvolvimento.²² Ao fazer propaganda transnacional para o projeto CVRC e afirmar que estava criando um modelo global de modernização agropecuária, a VW contribuiu para atrair a atenção global para a Amazônia. A observação internacional e a mobilização transnacional contra o tratamento abusivo de trabalhadores e do meio ambiente na moderna fazenda da VW foram as consequências lógicas das ambições globais que acompanharam o projeto.

REFERÊNCIAS

- ACKER, Antoine. The Brand that Knows our Land: Volkswagen’s “Brazilianization” in the “Economic Miracle”, 1968-1973. *Monde(s): Histoire, Espaces, Relations*, Paris: Armand Colin, v.5, n.6, p.199-218, 2014.
- _____. Trabalho forçado na Fazenda da Volks: crônica de um escândalo amazônico na Alemanha. In: GALVÃO, Edna Maria; PRADO, Adonia Antunes; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Privação de liberdade ou atentado à dignidade: escravidão contemporânea*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. p.165-180.
- ALTVATER, Elmar. *Sachzwang Weltmarkt: Verschuldungskrise, blockierte Industrialisierung und ökologische Gefährdung: Der Fall Brasilien*. Hamburg: VSA, 1987.
- APESTEGUY, Christine. *L’Intervention fédérale en Amazonie: éléments pour une définition de l’État Militaire au Brésil*. Tese (Doutorado) – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Paris, 1976.
- BARBOSA, Luiz. *The Brazilian Amazon Rainforest: Global Ecopolitics, Development, and Democracy*. New York: University Press of America, 2000.
- BARTH, A. Aufbruch zur letzten Grenze. *Der Spiegel*, Hamburg, 10 out. 1983.

- BATISTA, Expedito Soares. *Relatório: viagem à Fazenda Vale do Rio Cristalino da Volkswagen do Brasil, Estado do Pará, dias 5, 6 e 7 de Julho de 83*. São Paulo, Deputado Expedito Soares (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), 1983.
- BAUER, F. Steaks vom Fließband, *Stern*, Hamburg, 26 set. 1974.
- BROSSARD, Paulo. *O ballet proibido*. Porto Alegre: L&PM, 1976.
- BUNKER, Stephen G. *Underdeveloping the Amazon: Extraction, Unequal Exchange and the Failure of the Modern State*. Urbana: University of Illinois Press, 1985.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- CASADO, J. Volkswagen. Devastação com incentivos. *Opinião*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1976.
- CAVALCANTI, Mário de Barros. *Da SPVEA à Sudam: (1964-1967)*. Belém: Sudam, 1967.
- DRITTE-WELT-HAUS. *Die Farm am Amazonas: Von Volkswagen lernen*. Bielefeld, 1984.
- ECKARDT, Emanuel; KNAUR, Sebastian. Kein schöner Land: Ein deutscher Umwelatlas. *Stern*, Hamburg, 1979, p. 256-257.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GESTER, M. 4000 Hektar Volkswagen-Weiden wurden bereits aufgesät. *Blick durch die Wirtschaft*, Frankfurt, 12 dez. 1974.
- GODOY, R. Satélites vão auxiliar a SEMA. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 jul. 1975.
- HOCHSTETLER, Kathryn; KECK, Margaret E. *Greening Brazil: Environmental Activism in State and Society*. London: Duke University Press, 2007.
- HOWE, M. VW Adding Cattle to Beetle in Brazil. *New York Times*, New York, 25 jul. 1974.
- IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- KOLK, Ans. *Forests in International Environmental Politics: International Organisations, NGOs and the Brazilian Amazon*. Utrecht: International Books, 1996.
- KÜCHLI, C. Feuer und kaltes Geld. *Natur*, Hamburg, jul. 1982.
- LAACK, Dirk van. *Weisse Elefanten: Anspruch und Scheitern technischer Grossprojekte im 20. Jahrhundert*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, 1999.
- LAPPE, Frances Moore; COLLINS, Joseph; FOWLER, Cary Fowler. *Food First: Beyond the Myth of Scarcity*. New York: Ballantine Books, 1979.
- LOPES, J. A Amazônia tem salvação. *Veja*, São Paulo, 31 mar. 1976.
- MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo: USP, v.6, n.1-2, p.1-25, 1994.
- MARX, Roberto Burle. Depoimento no Senado Federal. In: _____. *Arte e paisagem: conferências escolhidas*. São Paulo: Nobel, 1987, p.65-73.

- POMPERMAYER, Malori José. *The State and the Frontier in Brazil: A Case Study of the Amazon*. Tese (Doutorado) – Stanford University, Stanford, 1979.
- RICHTER, Dieter. *Die Fazenda am Cristalino: Eine Rinderfarm im Gebiet des feuchten Passatwaldes Brasiliens: Ein Film der Volkswagenwerk AG: Lehrerbegleitheft*. Wolfsburg: Volkswagen A.G., 1980.
- SCHOTT, Harald. *Die Fazenda am Cristalino*. Filme. Alemanha, 1980.
- SIKKINK, Kathryn; KECK, Margaret E. *Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- SUDAM. *Operação Amazônia: discursos*. Belém, 1968.
- VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A. *Cristalino: Eine Rinderfarm im Neuen Viehzuchtgebiet*. Volkswagen A.G.: Wolfsburg, 1983.
- VOLKSWAGEN DO BRASIL. *Cristalino*. São Bernardo do Campo, 1980.
- VOLKSWAGENWERK A.G. Öffentlichkeitsarbeit. *Volkswagen: Ein Transnationales Unternehmen, Partner der Welt*. Wolfsburg: Volkswagenwerk A.G., 1980.
- WEINSTEIN, Barbara. *The Amazon Rubber Boom, 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1983.
- WILCOX, Robert Wilton. *Cattle Ranching on the Brazilian Frontier: Tradition and Innovation in Mato Grosso, 1870-1940*. Tese (Doutorado) – New York University. New York, 1992.
- WÜRTELE, Werner; LOBGESANG, Harald. *Volkswagen in Brasilien: Entwicklungshilfe im besten Sinne?* Tübingen: Arbeitsgemeinschaft Kath. Hochsch.- und Studentengemeinden, 1979, p.72.

NOTAS

¹ GEO, Hamburg, fev. 1984; BARTH, 1983.

² CARDOSO; MÜLLER, 1977; BUNKER, 1985; APESTEGUY, 1976; IANNI, 1979; POMPERMAYER, 1979. ALTVATER, 1987; BARBOSA, 2000; SIKKINK; KECK, 1998; HOCHSTETLER; KECK, 2007.

³ SUDAM, 1968, p.55-56. A Operação Amazônia incluía a Lei 5.122/66, que criou o Banco da Amazônia, concluído em 1969 com sua nacionalização e o aumento do capital da instituição; a Lei 5.173/66, que criou a Sudam; a Lei 5.174/66, que instituía a concessão de incentivos fiscais para a Região Amazônica. Uma série de outras leis foi aprovada nos meses e anos seguintes para completar o pacote.

⁴ CAVALCANTI, 1967, p.672, 676; SUDAM, 1968, p.70; excertos da *Revista Manchete*, Arquivo da Biblioteca Amilcar Cabral, Bolonha.

⁵ ACKER, 2014; VW Unternehmensarchiv 174/533/2, 14 nov. 1973, “65. Sitzung des Aufsichtsrats der VW-AG”.

⁶ VW auf vier Beinen. *Handelsblatt*, Hamburg, 18 maio 1974; HOWE, 1974.

⁷ O gado do futuro. *Veja*, São Paulo, 31 dez. 1980; VOLKSWAGENWERK A.G., 1980; SCHOTT, 1980; RICHTER, 1980; VOLKSWAGEN DO BRASIL, 1980; VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A. 1983.

⁸ *Veja*, São Paulo, 31 dez. 1980.

⁹ Interview. *Autogramm*, Wolfsburg, jul. 1974; *Deutsch-Brasilianische Hefte / Cadernos Germano-Brasileiros*, Bonn, jan. 1975; Adams, Hax, carta, 2 ago. 1982. In: DRITTE-WELT-HAUS, 1984.

¹⁰ VOLKSAGEN DO BRASIL, 1980; Der Friedensrichter kam zur Sammelhochzeit. *Autogramm*, Wolfsburg, mar. 1982; VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A., 1983; Der Urwald überwuchert alles. *Autogramm*, Wolfsburg, set. 1985.

¹¹ Pecuaría. Projeto VW. *Veja*, São Paulo, 19 jun. 1974; HOWE, 1974; PA AA, Zwischenarchiv, Bd. 102.024, “Protokoll der 1. Konsularkonferenz in Brasília vom 23. bis 25. September 1974”; *Handelsblatt*, 18 maio 1974.

¹² *Deutsch-Brasilianische Hefte / Cadernos Germano-Brasileiros*, jan. 1975.

¹³ GESTER, 1974; *Neue Rhein/Ruhrzeitung*, Bonn, 7 nov. 1974; BAUER, 1974.

¹⁴ Brasilien. *Die Welt* (Suplemento), 4 dez. 1974.

¹⁵ *Amazônia*, São Paulo, abr.- jul. 1977; citação seguinte: *Amazônia*, São Paulo, abr.-maio 1978.

¹⁶ GODOY, 1975; PA AA, Zwischenarchiv, Bd.116.61917, Generalkonsulat der BRD (Recife) an Auswärtiges Amt, 10 dez. 1976.

¹⁷ KÜCHLI, 1982; ECKARDT; KNAUR, 1979, p.256-257; PA AA, Zwischenarchiv, Bd. 125.101, Scheerer, Ministerium für Auswärtige Angelegenheiten, carta, 4 fev. 1982, “Abholzung in den tropischen Regenwäldern von Brasilien durch die Volkswagenwerke”; Niedersächsischer Landtag, 10. Wahlperiode, Drucksache 10/3128, Johann Bruns, 29 ago. 1984, “140,000 ha Farm des VW-Konzerns in Brasilien”; Deutscher Bundestag, Stenographischer Bericht. 183. Sitzung. Bonn, den 8. nov. 1979. Bonn: Deutscher Bundestag, 1979, p. 14408-09; *Amtsblatt der Europäischen Gemeinschaften*, 31.12.80. Brüssel: Europäisches Parlament, 1980, 27; *The Ecologist*, London: Wadebrage, v. 12, n. 6, p. 249, 1982; Brasil-Japão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1978.

¹⁸ *Diário do Congresso Nacional*, 19 set. 1978. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978, p.8146-8147; BROSSARD, 1976, p.211-222.

¹⁹ Em fazenda da Volks, há escravos, diz Padre. *Correio Braziliense*, Brasília, 7 maio 1983; CPT acusa: Volks tem escravos. *Diário da Manhã*, Goiânia, 7 maio 1983; Igreja denuncia trabalho escravo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 maio 1983; Volkswagen no Pará usa mão de obra escrava. *Jornal de Brasília*, Brasília, 7 maio 1983; Sklavenhaltung für VW-Werk? *Frankfurter Rundschau*, Frankfurt, 10 maio 1983; 600 ‘slaves on plantation’. *Times*, London, 10 maio 1983; Trabalho escravo na fazenda da Volks. *O São Paulo*, São Paulo, 3-9 jun. 1983.

²⁰ Tribunal Tiradentes condena a LSN por unanimidade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 maio 1983; ACKER, 2013.

²¹ FIGUEIRA, 2004 (contém como apêndice uma lista histórica das fazendas acusadas de trabalho forçado na Amazônia).

²² Devo essa distinção a KOLK, 1996.